

*O Estado de São Paulo,
Segunda-feira, 28 de fevereiro de 2005*

Pouco a mostrar

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

É longa a história de busca de diversificação nas relações externas brasileiras. Desde cedo foi percebida a inconveniência da excessiva dependência de um grande parceiro. Ainda no Império houve interesse na aproximação com os EUA para atenuar a influência britânica. No final da República Velha, a City de Londres desempenhou papel fundamental na valorização do café, boicotada por Wall Street. Nos anos 1930, o Brasil tentou explorar as diferenças entre a Alemanha bilateralista, que impunha o comércio de compensação, e os EUA, defensores do multilateralismo e da liberalização comercial.

Depois da 2.^a Guerra Mundial, num dos períodos mais melancólicos da nossa política externa, tentou-se jogar a carta da relação especial com os EUA. Foi emblemática a decisão de romper as relações diplomáticas com a URSS com base em pretextos ridículos. A inércia da posição foi considerável, com a política externa ainda sob JK atrelada à defesa do salazarismo, inclusive nas suas manifestações coloniais. Foi com a política externa independente de Quadros e Goulart que foram lançadas as bases do que viria a ser uma política externa diversificada, responsável e sustentável. Depois do golpe militar houve fugaz alinhamento automático com os EUA, mas a demanda por diversificação nas relações diplomáticas provou ser mais forte. Nos anos 1970, em meio aos atritos com os EUA por conta dos direitos humanos, vicejou a tentativa de fortalecer os laços com a Alemanha, ainda que pelo ruinoso acordo nuclear. Foi bastante desgastante, nos estertores do "Brasil grande", a tentativa fracassada, em aliança com a Índia, de bloquear a ampliação da agenda do Gatt para novos temas, promovida pelas economias desenvolvidas.

A partir de 1985 teve início um período de significativas conquistas da diplomacia brasileira. A aproximação com a Argentina, de enorme importância política, ganhou substância econômica e culminaria, em 1994, na criação do Mercosul. À liberalização comercial, iniciada em 1987 e aprofundada em 1990, com base em decisões fora do Itamaraty, correspondeu mudança de posição do Brasil em Genebra. Foi abandonada a obstrução sistemática e o País se tornou demandeur, especialmente em agricultura. Durante o governo Cardoso, além de, mal ou bem, ter sido ampliado o Mercosul, tratou-se de conter as pressões de Washington por negociações hemisféricas em condições desfavoráveis ao Brasil. As negociações do Mercosul com a União Européia (UE) refletiram o empenho brasileiro em manter equilíbrio nas suas relações comerciais. A diplomacia presidencial, com ênfase nos aspectos políticos, buscou mostrar o lado global player do Brasil. O governo sempre sustentou que seria preferível para o Brasil uma liberalização multilateral significativa. Negociações regionais, tais como a da Alca ou entre Mercosul e UE, seriam, na melhor das hipóteses, um pis-aller, pouco melhor do que nada. Ao mesmo tempo, o governo adotou posição de defesa sistemática dos interesses brasileiros na OMC. Primeiro, na defensiva, em resposta à queixa canadense quanto aos subsídios de exportação em

benefício da Embraer. Depois, na ofensiva, tendo a Bombardier como alvo. E, mais tarde, quando iniciou ações relativas a subsídios agrícolas ilegais utilizados pelos EUA e pela UE, recentemente coroadas de sucesso.

Com a posse do governo Lula foram explicitadas reservas principistas com relação à Alca, posição só depois tornada menos absurda pela postura de grande resistência dos EUA quanto a concessões relativas a acesso de bens, especialmente agrícolas. As iniciativas do Brasil se reorientaram para a América Latina e outras grandes economias em desenvolvimento, especialmente a China e a Índia. Ficou caracterizado um recuo na diversificação dos interesses brasileiros, pois a aproximação com os outros BRICs se fez, desnecessariamente, em detrimento das relações com os EUA. Como pano de fundo, colocou-se como objetivo central a participação brasileira no Conselho de Segurança expandido nas Nações Unidas.

Hoje, ao acanhamento do conteúdo concreto dessa aproximação com as grandes economias da Ásia e à deterioração do cotidiano do Mercosul, especialmente com a Argentina, se soma o estreitamento de opções na OMC, tanto nas atuais negociações quanto para o futuro, à luz do processo de escolha do novo diretor-geral. O tom foi dado na semana passada pelo candidato europeu, quando julgou oportuno lançar casca de banana dirigida ao Brasil, ao classificar a Amazônia como bem público mundial e sugerir a sua "gestão coletiva". Provocação que deve ser ignorada, mas sempre ilustra o argumento de que a melhor defesa é o ataque. Desvia a atenção dos problemas centrais a enfrentar na Rodada de Doha, que se pretende do desenvolvimento, em particular o indecente protecionismo agrícola dos países desenvolvidos.

Acumulam-se preocupações quanto à vacuidade da política externa em termos de resultados concretos. Há pouco de concreto a mostrar. Objetivos políticos são importantes, especialmente se viabilizam a obtenção de resultados econômicos que aumentem o bem-estar da população. O Brasil deveria retomar a iniciativa nas negociações comerciais e mostrar claramente o que estaria disposto a liberalizar se os EUA e a UE acomodassem os pleitos brasileiros, mesmo que no longo prazo. Senão vai continuar a aparecer como responsável pelo fracasso das negociações. E também continuar a ter de substituir pão por circo na política externa.

*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio